Conservar também é produzir: a sociobiodiversidade ganha espaço na COP17



» LUCIANA LANDGRAF
Analista de Advocacy do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)

» BARBARA FELLOWS
Analista socioambiental do ISPN

A crise climática e a perda de biodiversidade estão profundamente interligadas, e seus efeitos, como o agravamento de secas e enchentes, atingem toda a população. Os modos de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais contribuem para a conservação de ecossistemas fundamentais à regulação do clima. Proteger seus territórios e fortalecer esses modos de vida é, portanto, parte das respostas a essas crises.

Essa contribuição se expressa também em atividades como o extrativismo sustentável e o manejo de espécies nativas. Na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), essas atividades se relacionam ao uso sustentável, um de seus três objetivos, ao lado da conservação e da repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos. O tema ganhou espaço nas negociações da 17ª Conferência das Partes (COP17), realizada de 19 a 30 de outubro em Yerevan, na Armênia.

A comitiva articulada pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), formada por representantes indígenas, de comunidades tradicionais e da própria organização, acompanhou com entusiasmo essa abertura na agenda internacional.

Apesar de sua importância, o uso sustentável da biodiversidade ainda não conta com uma estratégia própria de implementação na CDB. O Brasil propôs iniciar consultas sobre um possível programa de trabalho — instrumento que transforma objetivos da Convenção em diretrizes e ações para orientar os países.

Apresentada inicialmente na pauta de manejo sustentável da fauna silvestre, a proposta passou à agenda de trabalhos futuros do Marco Global de Biodiversidade, considerada mais adequada. A mudança ampliou o debate, mas deslocou seu foco para a identificação de lacunas e o fortalecimento dos instrumentos existentes, deixando a criação de um programa de trabalho como possibilidade futura. A inclusão de "bioeconomia", com as qualificações circular e sustentável, também é disputada. Os termos escolhidos influenciam no alcance das atividades contempladas e nos critérios aplicados a elas, com consequências diretas para povos e comunidades tradicionais.

Entre os encaminhamentos propostos, estão a construção de um relatório sobre experiências de atividades, produtos e serviços baseados na biodiversidade que contribuam para a conservação, especialmente nas economias locais e em comunidades indígenas e rurais, e oficinas de especialistas para aprofundar conceitos e orientar trabalhos futuros.

No Brasil, a relevância econômica dessas atividades já é expressiva. Um estudo elaborado em 2026 para subsidiar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia aponta que a produção de pequi e babaçu no Cerrado movimentou, respectivamente, R$ 69,5 milhões e R$ 68,8 milhões em 2023. Esses valores representam apenas parte da importância dessas cadeias, que também contribuem para a segurança alimentar e a conservação. O levantamento proposto na COP17 pode dar maior visibilidade a essas experiências, desde que povos indígenas e comunidades tradicionais participem de sua elaboração, da definição dos critérios à análise dos resultados.

Também é indispensável garantir recursos. As atividades propostas dependem de financiamento, em um momento em que sua mobilização continua entre os maiores impasses da COP17. É preciso que os países desenvolvidos ampliem seus aportes, conforme previsto no Marco Global, e que os recursos cheguem diretamente às organizações territoriais, por meio de mecanismos adequados às suas realidades.

O espaço conquistado pelo uso sustentável da biodiversidade merece ser saudado. Para que esse avanço se traduza em resultados concretos, porém, a continuidade das discussões, o financiamento, a participação efetiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas decisões e o compromisso dos países-partes com a implementação são fundamentais.

Conservar também é produzir. Reconhecer e fortalecer as práticas produtivas que contribuem para a conservação dos ecossistemas é parte fundamental da resposta às crises que a conferência busca enfrentar.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



É o deficit primário, não os juros



» FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO
Economista, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (CCE/ IBRE-FGV)

O deficit primário, e não a taxa de juros, é a principal causa do aumento da dívida pública brasileira nos últimos anos. O deficit recorrente desde 2014 é o responsável. E não é questão de opinião, como o leitor poderá acompanhar.

O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas não financeiras do governo. Gastando mais do que arrecada, o governo tem deficit e precisa tomar empréstimos para cobri-lo. A dívida aumenta; sobre uma dívida maior incidem juros maiores; e o problema fiscal se realimenta.

Há anos ouvimos que a elevação da dívida decorre do pagamento de juros. Não há dúvida de que os juros no Brasil são elevados. Mas os juros não caem do céu: a taxa implícita reflete o custo de financiamento da dívida e, quanto mais alta, mais caro o seu serviço. Essa explicação, isoladamente, inverte a ordem dos fatores. Juros incidem sobre o estoque de dívida, e o que o fez crescer de forma persistente, sobretudo a partir de 2014, foi a substituição de superavits primários recorrentes por deficits sucessivos.

Em 2013, a Dívida Líquida do Setor Público correspondia a 30,5% do PIB, e o setor público consolidado registrava superavit primário de 1,7% do PIB. A partir de 2014, vieram deficits sucessivos, agravados temporariamente na pandemia. Ao final de 2025, a dívida líquida superava 63% do PIB.

Para avaliar o impacto do fim do superavit, foram feitos exercícios contrafactuais com superavits de 1,7%, 1,0% e 0,5% do PIB, em dois cenários de juros: um preservando o pagamento de juros efetivamente observado; outro mantendo a taxa de juros implícita que de fato ocorreu. A simplificação superestima os juros num cenário com superavit.

Com superavit de 1,7% do PIB desde 2014 (o valor de 2013), mesmo considerando o pagamento total de juros realizado, a dívida líquida alcançaria 43,7% do PIB em 2025, quase 20 pontos a menos. E essa hipótese é excessivamente dura: manter o mesmo gasto absoluto com juros sobre uma dívida menor equivale a supor uma taxa implícita maior que a realizada, algo pouco plausível em ambiente fiscal mais sólido.

Mantida a taxa implícita observada, o resultado é ainda mais claro: a dívida cairia para 27,6% do PIB, em vez de aumentar mais de 32 pontos. Com superavits menores, a conclusão se mantém: 1,0% do PIB levaria a dívida a cerca de 37% do PIB; 0,5%, a cerca de 43,9%. Todos muito abaixo dos 63% registrados.

A elevada taxa de juros é um problema, mas é consequência, não causa. O pagamento de juros é parcela relevante das despesas e merece atenção. Mas a dívida não entra em trajetória explosiva simplesmente porque os juros são altos, e, sim, quando deficits primários recorrentes ampliam o estoque sobre o qual eles incidem. Quanto maior a dívida, maior o risco, maior a taxa cobrada e maior o gasto com seu serviço: sem superavit, a dívida cresce de forma cumulativa.

E cada ano de atraso torna a conta mais salgada. Em 2014, com dívida de 30,5% do PIB, um superavit de 1,7% do PIB bastaria para colocá-la em trajetória de redução. Hoje, o mesmo esforço já não produz esse resultado.

As projeções para 2025-2040 o evidenciam. Mesmo com hipóteses favoráveis — crescimento potencial de 2% ao ano, acima da média de 2014-2025, e juros reais de 6% ao ano, abaixo da média recente —, um superavit de 1,7% do PIB não reduziria a dívida líquida; no máximo, a estabilizaria em torno de 64,5% do PIB. Com 1,0%, a dívida poderia alcançar 77,4% do PIB; com 0,5%, 86,6%.

Em condições próximas às de 2014-2025, crescimento de 1% ao ano e juros reais de 7%, esses superavits não impediriam sequer uma expansão acelerada da dívida. O superavit necessário para estabilizá-la se aproximaria de 3% do PIB.

Ou seja, o superavit que reduziria a dívida em 2014 hoje, no melhor cenário, apenas a estabilizaria. O tempo perdido elevou o estoque da dívida, aumentou os juros pagos e reduziu a margem de manobra fiscal. Adiar o ajuste não elimina seu custo; apenas o transfere, ampliado, para o futuro.

Não podemos perder mais tempo. Cada ano custa caro, principalmente para os mais pobres. A aritmética é inevitável: sem superavits primários recorrentes, a dívida continuará crescendo e os juros aumentando. Discutir a taxa de juros é apenas cortina de fumaça. Precisamos é de superavit primário. E já.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

O Exército de Brancaleone e a guerra depois da batalha

A história militar guarda uma galeria de comandantes que tinham tudo para vencer e perderam. Caio Terêncio Varrão levou cerca de 80 mil romanos a Canas, em 216 a.C., contra 50 mil de Aníbal, e viu o próprio centro ser cercado. Crasso, o homem mais rico de Roma, marchou para o Deserto de Carras ignorando conselhos e encontrou os arqueiros partas. Quintílio Varo, mais jurista que soldado, conduziu três legiões por uma floresta germânica sem formação de combate. Custer atacou em Little Bighorn um acampamento maior do que imaginava; Moreira César, em Canudos, atacou de frente sem reconhecer o terreno; Percival entregou Singapura com uma guarnição maior que a do invasor, porque os canhões da "fortaleza" apontavam para o mar. O traço comum não é a fraqueza, e, sim, a confusão entre poder e estratégia.

Em palavras

Lao Tsé, que não escreveu tratado militar algum, resumiu o problema em poucas linhas. Para ele, não há desgraça maior do que subestimar o inimigo; conhecer os outros é sabedoria, mas conhecer a si mesmo é iluminação; fingir saber é doença; o rígido e o forte são companheiros da morte, o flexível e o suave, da vida; e o bom comandante não é violento nem se deixa tomar pela raiva. São versões livres, mas o sentido é nítido: o perigo de quem comanda é a certeza de que o número e o entusiasmo bastam.

Regalo

Há um terceiro texto que vale trazer à mesa, e é uma comédia. Em *O incrível Exército de Brancaleone* (1966), de Mario Monicelli, Vittorio Gassman vive um cavaleiro de Norcia que fala num latim pomposo e inventado, comanda um bando de maltrapilhos e persegue um feudo que nunca chega. Brancaleone não é um vilão: é simpático, corajoso e teimoso. Mas o filme ri justamente da distância entre a retórica e os meios. O discurso é épico, a tropa é improvisada, as vitórias são acidentais e cada fracasso é rebatizado de glória. O que mantém o bando unido não é um plano, é a fé no chefe e a promessa de um prêmio.

Meio embaçado

É com essas lentes que se pode olhar o chamado "Exército do Lula", criado em abril de 2026 pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), que se apresentou como "general" da campanha, e ganhou escala depois do primeiro turno. Segundo a imprensa, passou de 6 milhões de inscritos em 20 de outubro e chegou perto de 11 milhões. O próprio presidente tratou o deputado como general e, no discurso da vitória na Avenida Paulista, disse que o exército não pode se dispersar. O resultado pode ser medido como satisfatório, pois ao menos serviu de cortina de fumaça para o que viria a seguir com a providencial prorrogação das eleições. Lula venceu o segundo turno — ou, como dizem os estrategistas da esquerda, tomou as eleições — e o canal pode ter sido uma peça visível dessa virada, ao menos em termos de propaganda.

Gangorra de números

A Al Jazeera registrou que é difícil estabelecer se o exército digital realmente entregou votos, e o sucesso de uma campanha tem muitos pais: o contexto econômico, a máquina partidária, os erros do adversário. Aníbal ganhou Canas e perdeu a guerra em Zama. Quem confunde audiência com adesão repete o erro de contar soldados no papel. Há ainda um dado desconfortável para o general: reportagens apontaram que sua votação para a Câmara caiu mais de 60% em relação a 2022. Comandar milhões de inscritos e convencer eleitores nas urnas não são a mesma habilidade.

Contra-argumentos

Os defensores de Janones lembram que o canal reuniu 500 mil inscritos em 24 horas e passou de 2 milhões em poucos dias, que a gamificação é um modelo que analistas julgam capaz de influenciar campanhas futuras e que grupos inspirados nele surgiram na França, na Espanha e na Argentina. Lembram que especialistas em direito digital consideraram a suspensão excessiva, que os técnicos do TSE não acharam desinformação no período analisado e que Janones prometeu respeitar as decisões judiciais. Argumentam, enfim, que Lula virou o jogo no segundo turno e que, na guerra, quem vence tem razão. Nada disso faz de Janones um varão, nem prova que seja um Brancaleone. Mostra apenas que seu desempenho ainda não foi testado onde os estrategistas se separam dos entusiastas: depois da batalha.

A frase que foi pronunciada:

"A coragem que vive
é a da prudência."

Lao Tsé

História de Brasília

Está se constituindo um abuso e um desrespeito à lei do silêncio e ao sossego alheio o uso de alto-falantes pela Igreja N. S. de Fátima. No que pese o valor e a necessidade das Santas Missões, deve-se o respeito a quem não deseja ir à Igreja, muito menos ouvir as pregações através de ruidosos alto-falantes.
(Publicada em 27/5/1962)